

## O Mito Do Marquês De Pombal Em Narrativas Ficcionalis / *The Myth Of The Marquis De Pombal In Fictional Narratives*


*Luiz Eduardo Meneses de Oliveira\**

Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe - Brasil. Doutor em História da Educação. Área de atuação: História da Educação; Literatura Comparada.

 <https://orcid.org/0000-0002-1610-3835>

*José Eduardo Franco\*\**

Professor Catedrático da Universidade Aberta da Portugal. Doutor em História. Área de atuação: História da Educação; Literatura Comparada.

 <http://orcid.org/0000-0002-5315-1182>

**Recebido em:** 17 nov. 2022. **Aprovado em:** 26 jul. 2023.

### Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de; FRANCO, José Eduardo. O Mito Do Marquês De Pombal Em Narrativas Ficcionalis. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 12, n. 2, p. 231-258, ago. 2023. Doi: 10.5281/zenodo.8302572.

### RESUMO

Este artigo vincula-se a um projeto maior, intitulado “Demiurgo e Anticristo: o mito do marquês de Pombal na literatura”, que tem como objetivo geral é identificar, descrever e analisar os momentos de tensão, ambiguidade e oscilação das representações negativas ou positivas de sua ação política, econômica e cultural nas obras literárias que o têm como tema, bem como naquelas que são ambientadas ou fazem referência ao seu tempo, durante os anos do reinado de D. José I (1750-1777). No caso específico deste texto, buscamos investigar os modos como as representações do Marquês de Pombal são mobilizadas nos romances que o têm como personagem ou protagonista, verificando como tais obras e/ou autore(a)s contribuem no processo de (des)construção de sua mitologia, seja ratificando, seja contestando as narrativas historiográficas e biográficas a seu respeito. Para tanto, faremos uso da historiografia e de fontes documentais, legislativas e epistolares, manuscritas ou publicadas, bem como de alguns pressupostos teóricos relacionados aos mitos e representações (ELIADE, 2000; BARTHES, 2007; CHARTIER, 2002).

**PALAVRAS-CHAVE:** Marquês de Pombal; Literatura comparada; Mito, Romance.

---

\*

 [luizeduardo.dle@gmail.com](mailto:luizeduardo.dle@gmail.com)

\*

 [joseeduardofranco@gmail.com](mailto:joseeduardofranco@gmail.com)

#### SUMMARY

This article is linked to a larger project, entitled *Demiurge and Antichrist: the myth of the Marquis of Pombal in literature*, whose general objective is to identify, describe and analyze the moments of tension, ambiguity and oscillation of the negative or positive representations of his political economic and cultural action in the literary works that have him as a theme, as well as in those that are set or make reference to his time, during the years of the reign of King José I (1750-1777). In the specific case of this text, we seek to investigate the ways in which the representations of the Marquis of Pombal are mobilized in the novels that have him as a character or protagonist, verifying how such works and/or authors contribute to the process of (de)construction of its mythology, either confirming or contesting the historiographical and biographical narratives about it. In order to do so, we will make use of historiography and documental, legislative and epistolary sources, handwritten or published, as well as some theoretical assumptions related to myths and representations (ELIADE, 2000; BARTHES, 2007; CHARTIER, 2002).

**KEYWORDS:** Marquis of Pombal; Comparative literature; Myth; Novel.

## 1 Introdução

O marquês de Pombal (1699-1782) é um exemplo acabado de mito como algo vivo na sociedade, presente no imaginário popular e nas representações culturais. Por um lado, se pensamos como mito de origem (ELIADE, 2000), ele assume um caráter redencionista, pois busca identificar as causas da decadência moral, econômica, social e religiosa de Portugal atribuindo-as aos jesuítas (FRANCO, 2006) ou aos ingleses (OLIVEIRA, 2014a). Por outro lado, se o concebemos como mito de fim, ele passa a representar o rompimento de um período de paz e prosperidade, como o pintou o padre jesuíta Gabriel Malagrida (1689-1761) em seu *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto* (1756), no qual atribui os motivos da catástrofe à falta de zelo dos portugueses pela vida espiritual e ao antijesuítismo pombalino, ou, mais de cem anos mais tarde, Camilo Castelo Branco (1825-1890), em seu *Perfil do marquês de Pombal* (1882), no qual, em contraponto à glorificação pombalina promovida pela maçonaria portuguesa na comemoração do centenário de sua morte, fixou sua imagem como um déspota sanguinário e opressor.

O terremoto de Lisboa de 1755, que foi seguido pelo fogo e por um tsunami, e a um só tempo representa um mito de fim e de recomeço, colocando Pombal no lugar dúplice de demiurgo (re)criador de uma Lisboa nova e de anticristo, vai assumir um lugar central tanto em sua carreira política quanto em sua mitologia, pois é a partir de então que sua autoridade de ministro vai se consolidar, assumindo o projeto de reconstrução da cidade e de restauração da ordem, com uma política autoritária e radical em seus objetivos. Nos mitos do fim do mundo, seja pelas águas, como

os diluvianos, seja pelo fogo, através incêndios catastróficos, a sua simbologia configura-se como um retorno ao caos e à cosmogonia, fazendo renascer, conseqüentemente, as esperanças no reaparecimento de uma terra virgem e de uma humanidade nova (ELIADE, 2000).

Essa bipolaridade do mito do marquês de Pombal e do período pombalino, já identificada por Franco e Rita (2004), nos levou a inquirir como se configura tal mitologia na literatura, e, mais especificamente nos romances que o têm como tema, personagem ou protagonista, bem como naqueles que são ambientadas ou fazem referência ao seu tempo, isto é, ao período pombalino, referente aos anos do reinado de D. José I (1750-1777). Assim, buscamos, neste artigo, investigar os modos como as representações do Marquês de Pombal são mobilizadas nos romances que o têm como personagem ou protagonista, verificando como tais obras e/ou autore(a)s contribuem no processo de (des)construção de sua mitologia, seja ratificando, seja contestando as narrativas historiográficas e biográficas a seu respeito. Para tanto, faremos uso da historiografia e de fontes documentais, legislativas e epistolares, manuscritas ou publicadas, bem como de alguns pressupostos teóricos relacionados aos mitos e representações.

Para Barthes (2007), o mito é uma fala, isto é, um sistema de comunicação, não podendo ser concebido como um objeto, uma ideia ou forma. Assim, tudo que é passível de discurso é um mito. No entanto, o discurso mítico não surge da natureza das coisas, mas emerge de circunstâncias históricas concretas, constituindo-se como um sistema semiológico no qual a linguagem é entendida não somente em sua forma verbal, mas como uma unidade significativa que pode abranger imagens e objetos, desde que eles possam tornar-se “fala”. Com efeito, a palavra *mythos*, em grego, significa “fala, narração, concepção”. No Iluminismo, tornou-se um termo para designar narrativas tradicionais que, embora pudessem ser tomadas como manifestações culturais de fundamental importância para a criação das mitologias nacionais, não poderiam ser levadas a sério porque não eram histórias “verdadeiras”. Nesse sentido, a mitologia é um domínio específico da investigação geral sobre a narrativa (BURKERT, 1991). Assim, a mitologia antiga apresenta-se como história da literatura, pois os mitos gregos “clássicos” representam o triunfo da obra literária sobre a crença religiosa, razão por que só os conhecemos na condição de documentos ou textos política e artisticamente trabalhados. Mesmo assim, o mito sobrevive às amarras da cultura escrita, inscrevendo-se, de forma secularizada ou cristianizada, nas tradições rurais ou no folclore religioso. Como ressalta Eliade (2000), não conhecemos

nenhum mito grego em seu contexto cultural, de modo que não podemos concebê-lo em sua dimensão performativa, viva e popular.

Para Eliade (2000), a definição menos imperfeita do mito é a de que ele conta uma história sagrada, na qual os acontecimentos tiveram lugar em um tempo primordial. Assim, os mitos narram os feitos de seres sobrenaturais, de que resultaram os começos seja do cosmos, seja de um lugar terreno específico, seja ainda de alguma instituição ou comportamento humano. Nesse sentido, os mitos são sempre “mitos de origem”, pois relatam o modo como as coisas passaram a existir, funcionando como modelos exemplares das atividades humanas mais significativas. Mas o desejo de conhecer, celebrar e recitar a origem das coisas não se restringe às sociedades tradicionais, encontrando-se também, na cultura ocidental, desde as epopeias e crônicas medievais que buscaram justificar as origens sagradas de determinados acontecimentos, reinos ou reinados, até a historiografia e o romance moderno e contemporâneo. É assim que ele assume um caráter redencionista, buscando identificar as causas da decadência moral, social ou religiosa de um determinado povo ou reinado, para o que se propõe a substituição do “esquema da descida” pelo da “ascensão”, que se apresenta como a utopia de uma nova era, ou como a reconquista de uma Idade de Ouro perdida. Em tal processo, como identificou Franco (2006), o “mito de complot” desempenha um papel fundamental, dada a sua função mobilizadora para atender a fins ideológicos. Com efeito, o discurso do complot, que pode ser entendido como um dispositivo retórico que possibilita a figuração do inimigo como uma ameaça global destituída de qualquer sentimento de humanidade, dá origem a uma teoria da conspiração que acaba por confundir o oponente com o próprio mal, mesmo que ele apareça transfigurado sob a forma de um monstro, de um dragão ou de Satã, exatamente como fez Pombal com relação aos jesuítas, ou como o padre Malagrida (1689-1761) fez com o próprio Pombal, para ficarmos nesses exemplos tão próximos de nossa pesquisa.

## 2 O romance oitocentista

O Marquês de Pombal, a sua singular personalidade e a sua ação política têm fecundado alguns imaginários da literatura portuguesa e europeia desde Voltaire até os nossos dias, tendo

os acontecimentos do seu tempo e o seu protagonismo sido representados em obras literárias publicadas em Portugal, França, Inglaterra e Brasil. A literatura filopombalina contemporânea ao ministro de D. José I, sendo por ele patrocinada ou incentivada, foi muito numerosa, e muitos são os exemplos de poemas e discursos encomiásticos, em sua homenagem ou de seus familiares, e mesmo alegóricos, como o célebre *Uruguay*, de Basílio da Gama (1741-1795) (TEIXEIRA, 1999), bem como as *Cantigas de escárnio e mal-dizer do marquês de Pombal, ou a crônica rimada da viradeira*, como as denomina Ferreira de Brito, em obra de 1990, referindo-se à grande quantidade de escritos críticos e satíricos dedicados a Pombal depois de sua queda. No século seguinte, sobretudo na época das comemorações do centenário de sua morte, houve publicação de peças teatrais, poemas, discursos e sátiras a favor e contra Pombal. Merecem menção, entre as representações dramáticas anteriores a 1882, *O Marquês de Pombal, Sebastião Jozé de Carvalho e Mello, ou o terremoto de 1755: drama original em trez epocas e sete quadros* (1839), de Luiz José Baiardo, e *A sobrinha do Marquês* (1848), de Almeida Garret.

No caso do *Cândido* (1759), de Voltaire, há uma questão conceitual relativa ao gênero da obra. Embora possa ser caracterizado como uma prosa de ficção, o relato, muito longo para um conto e muito curto para um romance, escapa às classificações usuais da teoria da literatura moderna, embora encontre no subgênero “novela” um meio-termo cômodo e confortável para os analistas. De qualquer modo, a narrativa de *Cândido*, para nossos propósitos, isto é, para um panorama geral das narrativas ficcionais acerca de Pombal ou do período pombalino, se configura como um primeiro exemplo, pois dois capítulos são dedicados ao terremoto de Lisboa. Mesmo não havendo qualquer menção ao ministro de D. José I, o narrador descreve criticamente os rituais portugueses de auto-de-fé e insiste em defender sua tese de que existe um mal sobre a terra, a despeito das afirmações otimistas do personagem Pangloss. Essa ausência de Pombal nos escritos de Voltaire sobre o terremoto de Lisboa, tema abordado antes do *Cândido* (1759), no seu *Poema sobre os desastres de Lisboa* (1756), e depois, em *Resumo do século de Luís XV* (1764), chamou a atenção de Marques (2004), que afirma que é algo a lastimar, uma vez que ambos eram admiradores da Inglaterra, onde haviam passado vários anos de suas vidas.

Já em 1881, quando José Palmella (1838-1932) publicou no Rio de Janeiro seu livro *O centenário e a vida do Marquez de Pombal: estudo biográfico sobre a vida do primeiro gênio político de Portugal*, adornado de um novo retrato, algumas notas críticas e muitos documentos

interessantes, que muito honram a memória do imortal avô do Duque de Saldanha, o autor surpreendeu muito(a)s de seu(ua)s leitor(a)s ao revelar uma suposta ascendência indígena – e, portanto, brasílica – de Pombal, pois, pelo lado materno, ele teria sido originário do “frondoso tronco da mais opulenta e forte raça dos Tupis” (PALMELLA, 1883, p. 14). Tal tese, no ano seguinte, ganharia as páginas de alguns jornais, como o cearense *A Constituição*, que justificava a celebração do centenário de Pombal no país por conta de suas supostas origens indígenas (apud OLIVEIRA, 2014b).

Por mais inverossímil que pudesse parecer, o mito da origem brasílica e Pombal tinha nascido numa obra de ficção: *O Marquez de Pombal, ou o atentado de 3 de setembro de 1758*, “romance historico traduzido em português”, como informa a folha de rosto sem indicação de autor<sup>1</sup>, na edição publicada pela Imprensa Nacional em 1843, que trata, em tom laudatório, do protagonismo de Sebastião José e de sua diligência em prender e punir os supostos culpados do atentado contra o rei D. José. Trata-se, na verdade, de uma tradução não assinada de *Le marquis de Pombal*, de Antoinette Henriette Clémence Robert (1797-1872), obra reimpressa diversas vezes no século XIX, em forma de folhetim ou de livro, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Tivemos acesso a uma edição de 1860, mas, conforme Silva (2018, p. 77), o *Diário de Belém*, assim como muitos jornais conterrâneos e contemporâneos, publicou não somente outros romances históricos como também variados contos da autora francesa.

Durante o século XIX, foram publicados mais quatro romances que têm o marquês de Pombal como tema, personagem ou protagonista: *Prime minister: an historical romance* (1845), de William H. G. Kingston; *Um motim ha cem annos (chronica portuense do seculo XVIII)* (1861), de Arnaldo Gama; *O Terramoto de Lisboa: romance original* (1874), de Pinheiro Chagas; e *Marquez de Pombal: romance histórico* (1899), de António de Campos Júnior.

William H. G. Kingston tornou-se conhecido na Inglaterra como escritor de histórias infanto-juvenis. Seu longo romance de três volumes apresenta uma série de peripécias narradas em terceira pessoa envolvendo o “primeiro-ministro” e um personagem judeu que, através de seus esforços pessoais, faz com que o poderoso marquês assine a lei abolindo a discriminação entre

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma tradução de *Le marquis de Pombal*, de Antoinette Henriette Clémence Robert (1797-1872) que foi reimpressa diversas vezes no século XIX, em forma de folhetim ou de livro em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

crístãos novos e crístãos velhos. Conforme Santos (2010), que analisou o romance em sua Dissertação de Mestrado, como versão romanceada da era pombalina, a obra de Kingston, em vez de tecer a narrativa em torno de todos os aspectos que marcaram o reinado de D. José I, centra-se na figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, elegendo os momentos que considera os mais emblemáticos, dentre eles o terremoto de Lisboa, a expulsão dos jesuítas e a execução dos Távora. Assim, embora utilize acontecimentos inscritos na historiografia como cenário, faz uma junção entre elementos ficcionais e históricos, de modo que oferece ao(à) leitor(a) uma visão da sociedade setecentista e dos principais acontecimentos que marcaram o período.

*Um motim ha cem annos (chronica portuense do seculo XVIII)* (1861), de Arnaldo Gama, foi um grande sucesso editorial, pois alcançou várias reedições, sendo uma das últimas datada de 2014. O tema do romance, como anuncia o título, é a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro e a revolta popular que provocou, motivando uma das ações repressivas mais violentas da governação pombalina. Já na Introdução, o narrador nos apresenta ao personagem do antiquário Gonçalo Antunes, que a partir de uma carta sobre o estado topográfico do Porto em 1757, conta-lhe pormenorizadamente os eventos então ocorridos de forma romanesca (GAMA, 1896, p. 13).

Em 1874 foi publicado *O Terramoto de Lisboa* (1874), “romance original” de Pinheiro Chagas sobre esta que foi uma das mais comentadas tragédias europeias do século XVIII. A história, que teve uma segunda edição em 2011, se inicia com o capítulo “Aurora de um grande reinado”, uma espécie de preâmbulo histórico do reinado de D. José I, precedido pela condenação do reinado preguiçoso e freirático de D. João V e sucedido pela biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo. No entanto, o marquês de Pombal não é o protagonista do romance, embora suas ações sejam determinantes para o andamento da história e o destino dos demais personagens, entre eles o poeta Pedro António Correia Garção, que também povoa o universo dessa narrativa entrecortada por referências literárias. De um cenário lúgubre de tragédias, escombros e morte e de uma narrativa entrecortada por diálogos grandiloquentes e por vezes construídos artificialmente, emerge o triângulo amoroso de Thereza, D. Carlos e Luiz Correia, que se resolve de maneira shakespeariana, com o assassinato involuntário de Thereza por Carlos, que ao revelar que mantém uma relação incestuosa com a própria irmã, morre queimado, com as chamas lambendo-lhe o rosto.



Merece destaque *O Marquez de Pombal*: romance histórico (1899), publicado em dois volumes já no final do século, tendo alcançado sua quinta edição em 1938. O autor, António de Campos Júnior (1850-1917), militar, jornalista, escritor e dramaturgo, articula as informações e fontes de que dispunha sobre o período e o biografado, que expõe em eruditas notas de rodapé, seus pressupostos, posicionamentos e crenças na figuração folhetinesca de sua história, que busca, segundo suas próprias palavras, na carta que serve de Introdução à primeira edição da obra, publicada pelo jornal *O Século*, de Lisboa, realizar a “fabulação romanesca do episódio histórico” (sic.) e apresentar a(os) seu(ua)s leitor(a)s, “deante dos olhos, em pé, a individualidade proeminente que se não phantasiou, nas reminiscencias do coração o lance capital que não foi inventado”. Chama atenção, na obra de Campos, o modo como o autor recorre à tradição literária e à sua própria imaginação para recriar cenas e passagens da infância e juventude de Sebastião José de Carvalho e Melo, galante entre as raparigas da corte e rebelde como espadachim nas ruas noturnas de Lisboa. Assim, conta em mais de um capítulo as aventuras e desventuras do seu primeiro amor, D. Leonor de Riba d'Anta, “a mais formosa menina da nobreza, talvez ainda mais linda do que a própria Marquês de Távora” (CAMPOS, 1899, p. 52), bem como suas aventuras amorosas com a cigana Joanna Ruiva, com quem teve uma filha bastarda que, ironicamente, acaba casando com um Távora.

Essas obras do século XIX, em boa parte anacrônicas porque eivadas de pressupostos e preconceitos políticos e ideológicos, inserem-se num quadro maior relacionado ao processo de mitificação bipolar do marquês de Pombal, que vinculava as obras a seu respeito seja ao filopombalismo, cujo paradigma se tornou *O Marquês de Pombal. Lance d'olhos sobre a sua ciência, política e administração; ideias liberais que o dominavam, Plano e primeiras tentativas democráticas* (1869), de Emídio Garcia, que estabelece o padrão de apropriação da figura histórica de Sebastião José de Carvalho e Melo para servir a causas que não existiam no seu tempo, sobretudo a partir de 1882, quando se comemorou o centenário da morte do marquês de Pombal; seja ao antipombalismo, cuja maior expressão é o livro *Perfil do Marquês de Pombal* (1882), de Camilo Castelo Branco, que serve de contraponto à glorificação pombalina promovida pela maçonaria portuguesa, fixando sua imagem como uma encarnação do mal.

#### 4 O terremoto de Lisboa



No século XXI, contudo, o terramoto de 1755, já abordado por Voltaire tanto em seu *Poema sobre o desastre de Lisboa* (1756) quanto em *Cândido* (1759) e romanceado por Pinheiro Chagas em 1874, voltou a despertar o interesse de pesquisadore(a)s e escritore(a)s, sobretudo no ano comemorativo dos 250 anos dessa que foi uma das maiores tragédias da Europa, tornando-se tema de textos jornalísticos, trabalhos acadêmicos e narrativas ficcionais, com significativo apelo no mercado editorial, como testemunham algumas obras reeditadas e traduzidas para várias línguas, tais como *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa* (2003), de Mary Del Priore; *O pequeno livro do grande terramoto* (2005), de Rui Tavares; *A ira de Deus: a incrível história do terremoto que devastou Lisboa em 1755* (2011), de Edward Paice; *O último dia do mundo: fúria, ruína e razão no grande terremoto de Lisboa de 1755* (2011), de Nicholas Shrady; e, *O abismo de fogo: o grande terramoto de Lisboa ou Apocalipse na idade da ciência e da razão* (2019), de Mark Molesky.

Entre as narrativas ficcionais com essa temática, foram publicados os seguintes romances: *Lillias Fraser* (2001), de Hélia Correia; *O terramoto de Lisboa e a invenção do mundo* (2004), de Luís Rosa; *A voz da terra – romance histórico sobre o Marquês de Pombal e o Terramoto de 1755* (2005), de Miguel Real; *O Segredo Perdido - Lisboa, Terramoto 1755* (2005), de Júlia Nery; *O Profeta do Castigo Divino* (2005), de [Pedro Almeida Vieira](#); *Quando Lisboa tremeu* (2010), de Domingos Amaral; *A jesuíta de Lisboa*, de Titus Müller; *Retratos e imperfeições do tempo* (2018), de Gesivaldo Santos; e *Ressurrecta* (2022), de Vich Echevoyen.

*Lillias Fraser* (2001), de Hélia Correia, ganhou o prêmio de ficção do P.E.N. e é considerado por muitos o melhor trabalho ficcional da autora (JAMEL, 2011, p. 147). A protagonista que dá o título do romance é uma jovem escocesa que, graças ao seu dom de prever a morte, sobrevive ao massacre de Culloden, última batalha da rebelião jacobita (1745-1746) contra a coroa britânica, na qual perde toda a família e migra para Portugal. O foco narrativo se concentra sobre Lillias mais do que sobre o terremoto e suas implicações, o que não impede a narradora de descrever os escombros da cidade, os sofrimentos das pessoas e as medidas do marquês de Pombal para reconstruir Lisboa. Uma passagem inusitada é a que narra o modo como a protagonista conquista a simpatia do coronel inglês Francis MacLean, que com ela se encanta e a toma por amante, engravidando-a e fazendo-a adotar o seu sobrenome. Contudo, no momento

em que sua verdadeira condição é revelada, Lillias é abandonada e se encontra vagando desabrigada nas ruas de Lisboa, quando é resgatada por uma bruxa, Blimunda Sete-Luas - personagem de *Memorial do Convento*, de José Saramago, como observa Jamel (2011, p. 148) - , que promete cuidar dela e da criança que carrega no ventre.

Já em *O terramoto de Lisboa e a invenção do mundo* (2004), de Luís Rosa, que em 2009 alcançou a sua terceira edição, o autor se utiliza de dois focos narrativos para contar a história de amor de Eugênio dos Santos, engenheiro militar e [arquitecto](#) responsável pela reconstrução da Baixa Pombalina de [Lisboa](#) após o terremoto de 1755 e Migrela, “a moça mais bonita de Aljubarrota” (ROSA, 2009, p. 22). O romance começa com um narrador testemunha em primeira pessoa, “Serafim Melícias a quem chamam depreciativamente Padre Melro” (ROSA, 2009, p. 18), que a partir da página 32 passa a palavra para seu interlocutor, o Coxo das Águas Livres.

*O terramoto de Lisboa e a invenção do mundo* tem o enredo pontuado por digressões sobre a história de Portugal, sempre que o narrador encontra oportunidade para tal, como no caso da maçonaria e das relações diplomáticas anglo-portuguesas. Há também um capítulo dedicado ao poeta António Correia Garção, cujo caso de sua aventura amorosa com a filha do intendente escocês MacBean é narrado em detalhes. Luís Rosa usa uma linguagem poética, o que torna a leitura do romance agradável, apesar do excesso de digressões, como na cena em que o protagonista tem a ideia de desenhar um arco com colunas soberbas na Praça do Comércio, inspirado pelo movimento involuntário de sua amada, que, despida, enquanto fazia amor com o protagonista, molhou o dedo do pé em tinta e fez um arco na planta estendida no chão (ROSA, 2009). Sua interpretação de Pombal é psicológica, como mostra o capítulo intitulado “A longa raiz do ódio”, com o qual o narrador busca indicar o que o incitava em suas reformas. Sua avaliação da governação pombalina não é das mais simpáticas, visto que o considera um déspota, mas tais afirmações são sempre contrabalançadas pelos avanços de suas reformas.

No caso de *A voz da terra*, de Miguel Real, publicado em 2005 e ganhador do Prêmio Literário Fernando Namora em 2006, o narrador, onisciente e em terceira pessoa, conta a história de Julinho, recém-retornado do Brasil, que em pouco tempo testemunha e narra com longas e detalhadas descrições a tragédia ocorrida em 1755. Chamam atenção as cenas de Lisboa anterior ao terremoto, povoada de imigrantes, vendedores de literatura de cordel, negros, indianos, judeus, mulatos, ritos e rituais africanos, no turbilhão de pessoas em movimento no Terreiro do Paço. Em

meio à caracterização física e psicológica do protagonista, o narrador, que é simpático a Pombal e a suas medidas, aproveita a oportunidade para falar do seu passado brasileiro, dos imaginários e dos contos folclóricos, nos quais aparecem heróis que viram onças e emerge a figura de Zumbi dos Palmares. A avaliação positiva da governação pombalina feita pelo narrador, mesmo sendo contraposta pela personagem principal, no fim das contas prevalece, pois Julinho acaba concordando com o antijesuitismo do ministro e com a crítica pombalina à aristocracia portuguesa.

Segundo Valle (2014, p. 18), o discurso acerca da Comunidade Económica Europeia muito se assemelha com as políticas que o autor faz ressaltar na figura de Pombal, fazendo dele um mito da história de Portugal com a ideia de progresso e modernidade e assim favorecendo o comércio como instrumento de “boa razão” para a política. Desse modo, *A voz da terra*, publicado três anos antes do começo da crise económica, se constituiria como uma crítica a um processo de integração à nova ordem econômica europeia. Miguel Real não esconde as fontes de que se utiliza, colocando como apêndice da obra, além de uma bibliografia básica, na qual se destaca a obra de Mary Del Priore, *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa* (2003), que claramente o influenciou nas descrições e repercussões da catástrofe, uma série de reproduções de quadros e desenhos de época que lhe serviram de mote.

*O Segredo Perdido - Lisboa, Terramoto 1755* (2005), de Júlia Nery, conta a história de um cofre que, passando de mão em mão desde a época do terremoto, acabou por cair, no início do século XX, na tenda de um antiquário, onde uma jornalista (a autora, também narradora), o resgata quase um século depois e descobre que ele contém uma série de manuscritos, os quais vão levá-la a evocar as pessoas que a eles estavam ligadas, iniciando assim uma reconstituição histórica da qual emerge a figura da protagonista, Beatriz. O cofre, que afinal serve de mote para o enredo principal do romance, constitui-se também como ponto de ligação entre a história narrada e os dramas íntimos e contemporâneos da narradora, que descobre que, durante a II Guerra Mundial, a venda do objeto tinha garantido o ressarcimento das dívidas de jogo dos judeus, o que possibilitou o pagamento de sua viagem, em 1942. Assim, entrelaçam-se os problemas vividos pela jornalista e a situação de Beatriz, que se encontra atormentada por conta de um cancro da hipófise e pela separação do personagem Walter, em meio às descrições da reconstrução de Lisboa, do cotidiano das famílias nobres, das medidas tomadas pelo ministro de D. José I, da

execução dos Távoras e dos eloquentes sermões do padre Malagrida, bem como de sua execução.

O caso de *O profeta do castigo divino* (2005), de Pedro Almeida Vieira, é mais específico, pois a história se concentra sobre o protagonista Gabriel Malagrida, padre que, como se sabe, viveu como santo iluminado e morreu como herege, queimado numa fogueira, mas também dá conta dos principais personagens históricos do período, como o próprio Sebastião José, que aos 50 anos de idade se tornou o homem mais poderoso de Portugal, Mendonça Furtado, irmão do ministro, que foi governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e tornou-se o responsável por iniciar a perseguição à Companhia de Jesus. O mote principal da narrativa é a sua profecia sobre o terramoto de Lisboa de 1755, exposta em *Juizo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755* (1756), segundo a qual a tragédia ocorreu como um ato de vingança de Deus, por conta da devassidão e da falta de zelo dos portugueses pela vida espiritual. Como estratégia narrativa, o autor opta por deixar que a história seja contada por um narrador personagem, salientando sua capacidade de testemunhar acontecimentos passados ou distantes. No entanto, o próprio narrador admite que não poderá contar a história com isenção, sem com ela se envolver, motivo pelo qual, quando descreve um milagre do padre Malagrida, insinua que ele recorre palavras bonitas e atitudes astuciosas para enganar os fiéis, como no caso em que obtém água potável a partir de bolas de cera mergulhadas na água do mar. O ódio do ministro de D. José I aos jesuítas e sua expulsão, para o narrador, foi um erro calamitoso, pois se as pregações de Malagrida fossem levadas a sério, Lisboa não teria sido destruída pelo terremoto. O autor tem um cuidado especial com a linguagem, recorrendo ao léxico da época com um toque sutil de humor, e evita, pelo menos explicitamente, fazer julgamentos e tomar posições. A obra alcançou sua segunda edição em 2011.

Em *Quando Lisboa tremeu* (2010), de Domingos Amaral, Pombal não é um personagem central, mas suas ações não são descritas com reprovação. A história, que teve uma segunda edição publicada em 2015, é narrada em primeira pessoa por um narrador testemunha que conta a história da protagonista Irmã Margarida. As descrições do terremoto, assim como nos dois romances anteriormente comentados, valem-se muito dos relatos dos ingleses, como o personagem Hugh Gold, cujas falas são representadas graficamente com seu sotaque e erros específicos: “Ó menina, my wife, meu mulher, vai ao missa?” (AMARAL, 2011, p. 23). O narrador apresenta-se ao(à) leitor(a) no capítulo 4, e assim ficamos sabendo que ele tem quarenta anos de vida e foi preso em três ocasiões: pelos piratas árabes, que o levaram como refém para a África; pelos franceses, três meses antes do terremoto; e no Limoeiro, onde a catástrofe o apanhou e de onde fugiu com seu ajudante árabe, Muhammed, que, apesar de seu fiel ao amigo, é descrito com reprovação, pois era dado a práticas de sodomia, especialmente com garotos. Num movimento metalinguístico, o narrador, no capítulo 11, explica o seu método, mediante o qual recorre à memória para ordenar as emoções e os fatos: “mas a minha memória não é independente de mim, das minhas ideias e do meu sentimento, não é?” (AMARAL, 2011, p. 90).

*A jesuíta de Lisboa*, de Titus Müller, foi publicado em alemão em 2010 e traduzido e publicado em português no ano seguinte. Aqui, o conflito entre ciência e religião é representado pelo jovem protagonista Antero Moreira de Mendonça, que se opõe aos jesuítas com argumentos baseados nas ciências naturais. Em meios às descrições e situações limites impostas pelo terremoto, se desenvolve uma tortuosa história de amor na qual Leonor, filha de um comerciante alemão, ajuda-o a escapar do enforcamento mas se mostra, por outro lado, uma fiel seguidora das profecias do padre Gabriel Malagrida. A história, narrada em terceira pessoa e entrecortada de diálogos, se desenvolve com agilidade, mesmo com as informações históricas que o narrador é obrigado a inserir para contextualizá-la. Pelo antijesuitismo do protagonista, fica fácil inferir que se trata de um romance no qual o marquês de Pombal é representado positivamente.

Em 2018 foi publicado *Retratos e imperfeições do tempo*, de Gesivaldo Santo, que ganhou o Prêmio Professora Zélia Saldanha na categoria romance e põe em cena Pombal como personagem de um enredo em que, todavia, não é a figura principal na relação com as cenas que retratam o trágico acontecimento do terremoto de Lisboa ocorrido no ano de 1755. O narrador, onisciente e em terceira pessoa, conta uma história de amor entrecortada por correspondências escritas numa linguagem anacrônica entre o protagonista José Ângelo e sua amada Eugênia. Alguns personagens históricos, como o próprio ministro de D. José I, referido como José de Canto e Melo, e o padre Gabriel Malagrida, mencionado como Josué Malagrida, têm nomes trocados, e muitos eventos da época aparecem com a cronologia alterada, não se sabe se de maneira intencional ou inconsciente, já que não há qualquer tipo de explicação a esse respeito. De qualquer modo, embora a narrativa não inove em sua forma, o enredo apresenta peripécias e desenlaces que tornam sua leitura agradável.

*Ressurrecta* (2022), de Vich Echegoyen, narra detalhadamente, em terceira pessoa, as seis horas da catástrofe que chocou o mundo e transformou a história da Europa. Apesar de ser enfatizado a figura de Sebastião José, cuja ação política é vista com simpatia, o romance apresenta um universo no qual todas as personagens têm uma função importante a desempenhar, desde os animais e elementos da natureza até o médico que cuida dos feridos. Assim, no universo novelístico da autora, emergem tanto personagens históricas, como Carlos Mardel, embaixadores, aristocratas e poetas da época quanto anônimas, tais como os pobres da cidade, as prostitutas, as amas, a moça que arrisca a própria vida para salvar seu amado, o castrato que canta para as vítimas e a freira que foge do convento para as socorrer.

## 5 O romance biográfico

A produção biográfica relativa ao marquês de Pombal teve um significativo apelo no mercado editorial do século XXI, não só pelas reedições de obras clássicas dos estudos pombalinos, algo que já vinha ocorrendo desde a época do bicentenário pombalino, mas também, e sobretudo, por conta de novos livros baseados nas fontes e reflexões proporcionadas pelas dissertações e teses acadêmicas sobre o assunto. Em *As Mulheres do Marquês de Pombal* (2014),

de María Pilar Queralt del Hierro, a autora apresenta uma narrativa simples, tradicional, linear e baseada em imagens ou visões fixas de Pombal: ambicioso com as mulheres, iluminista, vingativo com os jesuítas e Távoras, cruel em seus métodos, precursor da modernidade. O mote de sua narrativa é instigante, mas não é suficientemente desenvolvido, havendo muitas digressões dispensáveis. *A vida e a obra do Marquês de Pombal* (2016), de José Barata, por sua vez, é uma biografia resumida e bem escrita que parte de duas premissas: as visões negativas de um Pombal ambicioso, cheio de ódio aos jesuítas e aos Távoras, não muito brilhante, mas competente e pragmático, e um D. José inapto para o governo e influenciável nas decisões. Na parte relativa à sua experiência em Londres, destaca pertinentemente nomes centrais: Robert Walpole, primeiro-ministro inglês à época, e Lord Tirawlei, embaixador inglês em Portugal, bem como a influência de D. Luiz da Cunha e de Azevedo Coutinho e o clima londrino, que o fazia mal. Já *De quase nada a quase rei: biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal* (2020), de Pedro Sena-Lino, baseia-se em documentação inédita ou pouco explorada e atém-se a momentos lacunares da biografia do ministro de D. José I, como a sua juventude e sua passagem por Londres e Viena, que o fizeram um intelectual ilustrado e estrangeirado. A obra de Pedro Sena-Lino teve sucesso editorial, alcançando a quarta edição em 2022.

No campo do romance, selecionamos um conjunto de obras que tratam seja da trajetória pessoal e política do marquês de Pombal, seja de tramas independentes nas quais Pombal aparece como personagem, principal ou secundária. Duas delas se concentram sobre um aspecto muito falado mas não comprovado de sua biografia: a sua relação com a maçonaria, tema de *O maçon de Viena* (2005) e de *O príncipe rosa-cruz* (2005), ambas de José Braga Gonçalves, nas quais Pombal é um precursor da Maçonaria em Portugal e, como tal, é um arauto da modernidade, apesar de suas medidas radicais; e quatro sobre a sua ação política: *O espírito das luzes* (2009), de Octávio dos Santos; *A cidade do homem* (2010), de Amadeu Lopes Sabino, publicado no Brasil em 2013; *Mal por mal, antes Pombal: uma memória de Sebastião José de Carvalho e Melo* (2012), de José Jorge Letria, reimpresso em 2019; e *A maldição do marquês* (2019), de Tiago Rebelo, que já alcançou mais de 90 mil cópias.

*O maçon de Viena*, de José Braga Gonçalves, foi publicado em 2005 e no ano seguinte já estava na quarta edição. Segundo o próprio autor, no Prólogo do que considera uma “reconstituição histórica com romance”, a obra trata dos segredos maçônicos dos anos de 1743 a



1777, desvendados, e mesmo decodificados, através de “uma dialéctica epistolar entre personagens de Lisboa, Viena e Rio de Janeiro, nos inícios do século XX” (GONÇALVES, 2005a, p. 2). A estratégia narrativa adotada pelo autor divide a história em dois tempos distintos, articulados em torno de uma trama segundo a qual o marquês de Pombal havia guardado até a morte uma rara documentação que se julgava perdida e fora encontrada na Alemanha, por conta de um confisco sistemático efetuado pela Gestapo às ordens de Hitler. Antes de ser divulgada, os documentos teriam sido levados para Moscou pelo Exército Vermelho, após a tomada de Berlim, retornando à Alemanha oriental em 1975.

A história começa em Viena, a 15 de julho de 1927, onde o suíço Otto Lenndorf, membro da Grande Loja da capital austríaca e Soberano Comendador do Grau 33, além de jornalista de profissão, testemunha um incêndio que devasta toda a coleção de documentos referentes aos primórdios da maçonaria guardados no Palácio da Justiça. Quatro dias antes, ele havia formado o grupo *Quatuor Coronati*, composto por quatro pesquisadores da história da maçonaria na Áustria dispostos a organizar todo aquele espólio que se queimava diante de seus olhos. Voltando para casa, conseguiu, mesmo com a insuficiência renal que o mataria aos cinquenta anos de idade, organizar duas ou três caixas, as quais continham, segundo nos revela o narrador, os segredos do relacionamento maçônico entre Mozart e Salieri na loja vienense *Zur gekrnten Hoffnung* e uma lista de composições maçônicas para serem executadas nos rituais da loja. Dentre a documentação, destaca-se uma súmula de uma Acta de reunião realizada em 1745, que se referia a um iniciado com o nome, ou codinome Athayde - supostamente Sebastião José de Carvalho e Melo. Buscando compreender os significados ocultos de tal Acta, o grupo *Quatuor Coronati* tinha chegado à conclusão de que os documentos queimados revelariam a ligação entre o que denomina “dois extremos maçônicos” da Europa setecentista: oriental e ocidental, tendo como “vértices inferiores do triângulo do poder” as cortes de Viena e Lisboa.

É assim que Otto, que havia herdado de seu pai, Oskar, um banqueiro prussiano e judeu, não somente a habilidade comunicativa, mas também uma rede internacional de sociabilidade, lembrou-se de escrever para seu “Irmão de Lisboa”, seu amigo jornalista Hernâni Cid - provável referência a Hernâni António Cidade (1887-1975) - , que conhecera durante as negociações de paz austríacas de Setembro de 1919. Em carta datada de 1929, Hernâni vai dizer ao seu amigo que nenhum português tinha se atrevido a escrever qualquer coisa sobre a Acta, cabendo a culpa

à destruição de arquivos provocada pelo terremoto de 1755 e à Real Mesa Censória, pois, apesar de o marquês de Pombal ter sido um iluminado, era um “déspota iluminado”<sup>2</sup>. É a partir de então que a narrativa se desenvolve em dois planos, o do seu presente, em que o narrador tece várias críticas às prisões da ditadura<sup>3</sup>, que após o *crack* da bolsa de Nova Iorque, naquele mesmo ano de 1929, iriam se espalhar pelo mundo, e a do período pombalino propriamente dito, em que se sobressaem os principais episódios que marcaram a trajetória política do “Cabeleira”, alcunha de Sebastião José de Carvalho e Melo.

José Braga Gonçalves continua sua busca de elementos e signos maçônicos na pessoa e na obra do Marquês de Pombal com *O príncipe rosa-cruz* (2005), romance publicado no mesmo ano do anterior. Referindo-se, no Prólogo da obra, às suas funções de carcerário, o autor afirma que, “se o estado de espírito carcerário não é dos mais favoráveis à escrita, estas dificuldades bibliográficas adensam-no profundamente”. Desse modo, justifica seu método recorrendo a “fontes estrangeiras da época” para buscar esse “desconhecido Marquês, mote principal da história e objeto de sua “análise histórica de simbolismo maçônico” (GONÇALVES, 2005b, p. 3-4). Aqui, como no romance anterior, o narrador parte do princípio de que Pombal era maçom, referindo a todos os confrades secretamente como “irmãos”, e conta sua história em dois tempos distintos: o de Sebastião José de Carvalho e Melo, que inicia a história prestes a assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1750, e o do personagem Otto, que se encontra em Lisboa, em 1931, um ano depois do assassinato de Hernâni Cid, a sangue frio, pela polícia. No decorrer da história, além das digressões acerca das origens da maçonaria, de modo geral, e da ordem Rosa-Cruz de modo particular, com seus ritos iniciáticos e sua simbologia, são feitas várias interpretações de detalhes pictóricos e arquitetônicos, todos com inscrições encriptadas de signos maçônicos, sobretudo nas obras que foram realizadas depois do terremoto de 1755, sob a supervisão, direta ou indireta, do marquês de Pombal, o príncipe que dá título ao livro, cujos restos

---

<sup>2</sup> Para uma visão acerca do caráter “iluminado” da Real Mesa Censória, consultar *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII* (2018), de Rui Tavares.

<sup>3</sup> Vale a pena observar que o autor esteve preso durante dois anos, obtendo liberdade no mesmo ano de lançamento do livro. Sua prisão deveu-se ao célebre “Caso Moderna”, um processo judicial baseado nos supostos crimes de corrupção, gestão danosa e associação criminosa envolvendo a Universidade Moderna e a Maçonaria, além de nomes de destaque da política portuguesa. Em 2000, o Reitor, José Júlio Gonçalves, foi afastado do cargo e preso, juntamente com dois dos seus filhos: João Braga Gonçalves, ex-diretor de marketing da instituição, e José Braga Gonçalves, ex-secretário da direção da Dinensino, cooperativa instituidora da Universidade Moderna. José Braga Gonçalves faleceu em dezembro de 2015, vítima de um câncer.

mortais, muitos anos depois de sua morte, foram depositados no ataúde do templo Rosa-Cruz da Memória, na Ajuda em Lisboa, uma cidade que, pelas suas inscrições maçônicas, só podia ser vista do alto, por Deus.

*O espírito das luzes* (2009), de Octávio dos Santos, é uma história de ficção científica que se passa num futuro distópico. Já no capítulo inicial, uma “Passarola interestelar” entra na atmosfera do “planeta Portugal” e aterriza no astroporto do Cais das Colunas. Dentro da nave, encontra-se o milionário inglês William Beckford - referência ao personagem histórico William Thomas Beckford (1760-1844), primeiro-ministro britânico que também foi escritor e crítico de arte e que viveu em Sintra e Lisboa em 1787, tornando-se popular entre os nobres e fidalgos portugueses. À sua espera, encontra-se o seu amigo, o poeta Manuel du Bocage, que o acompanha em sua jornada, na qual, em meio a “pequenos autómatos voadores”, irão se deparar com importantes figuras históricas do período, além do próprio Sebastião José de Carvalho e Melo: Voltaire, o intendente Pina Manique, a Marquesa de Alorna, a rainha D. Maria I, Ribeiro Sanches, Kant, Verney, entre outro(a)s. A narrativa, em terceira pessoa, é pontuada por uma série de peripécias e situações inusitadas relacionadas a questões problemáticas da época de caráter religioso, científico e cultura, que se misturam a uma trama policial na qual uma misteriosa personagem os leva a um lugar onde está guardado “o mais extraordinário segredo de Portugal”. As referências ao marquês de Pombal ou à sua governação - setenta e sete ao todo -, são todas positivas, mesmo na descrição de sua morte, sobretudo quando se trata do seu antijesuitismo, corroborado, embora de modo tácito, pelo narrador.

Em 2010 Amadeu Lopes Sabino publicou *A cidade do homem*, uma “biografia imaginada de António Diniz da Cruz e Silva, poeta árcade e julgador da Inconfidência Mineira”, como anuncia a capa da edição brasileira do livro, de 2013. Chama a atenção, de saída, o lugar ocupado pelo narrador, que se posiciona oniscientemente para além da história e do seu contexto, colocando-se, às vezes, como uma espécie de comentarista contemporâneo dos fatos narrados, ora fazendo as vezes de um historiador da cultura setecentista, ora assumindo a posição distanciada de um crítico literário, o que nos remete para um dos aspectos marcantes de sua própria novelística, como notou Souza (2015), que afirma que sua prosa não se enquadra num gênero puro, pois muitas de suas realizações configuram pontos de interseção entre ficção, ensaio, crônica e memorialismo.

*A cidade do homem* narra a trajetória intelectual e profissional de António Diniz da Cruz e Silva (1731-1799), o *Elpino Nonacriense* da Arcádia Lusitana, de que foi um dos fundadores em 1756, desde Elvas, onde viveu entre 1764 e 1774, como juiz auditor num dos regimentos da cidade e teve oportunidade de testemunhar a polémica protocolar entre o bispo e o deão da respectiva Sé, tema de *O Hissope*, poema herói-cômico que circulou oralmente e por manuscritos, sendo traduzido para várias línguas, até o Rio de Janeiro, onde exerceu a função de Desembargador da Relação e faleceu em 1799, já como Chanceler e membro do Conselho Ultramarino. As referências relativas a Pombal, tanto as feitas pelos personagens, em diálogos ou através do discurso indireto livre, quanto as feitas pelo narrador, sejam elas positivas ou negativas, estão sempre associadas a uma nova ordem, isto é, a um léxico e a um repertório de ideias e princípios ilustrados que excluem os jesuítas e a nobreza tradicional e dos quais o protagonista se considera parte integrante, como homem de letras (SABINO, 2013, p. 556). O narrador nos faz testemunhar a iniciação do protagonista aos ritos iniciáticos da Maçonaria, bem como a uma sessão da Academia dos Aplicados Elvenses onde se lê, em francês, o poema de Voltaire sobre o terremoto de Lisboa, do qual António Diniz traz a amarga lembrança da perda de sua amada. Em seu encontro com o então Conde de Oeiras, ele fica impressionado com o porte robusto e patriarcal: “Mais novo e mais magro na pintura, terminada quase dez anos antes, mantinha contudo o mesmo porte, ereto e firme, que inspirava respeito” (SABINO, 2013, p. 152).

A narrativa de *A cidade do homem* flui de modo ágil e agradável, mesmo quando abre espaço para as digressões críticas e historiográficas do narrador, cuja linguagem alcança momentos de flagrante poesia, sobretudo quando descreve os tormentos psicológicos do protagonista, às voltas com questões éticas, políticas, filosóficas, eróticas e até ideológicas, algo expresso no recorrente temor de uma Revolução - “com maiúscula”, como afirma um personagem inglês, capitão Howard, numa passagem do romance (SABINO, 2013, p. 208) - que possa subverter valores que considerava fundamentais do mundo civilizado, impondo a vontade do povo sobre as dos homens de letras. O mote principal do enredo - que envolve como personagens muitos vultos históricos de Portugal e do Brasil, como Alvarenga Peixoto Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e o próprio Tiradentes -, a nosso ver, é o apagamento de Cruz e Silva da historiografia brasileira, algo que o narrador argumenta explicitamente, no Capítulo XV do livro, como algo injusto, uma vez que o poeta havia convivido e trocado ideias com muitos dos árcades

hoje tido como precursores da literatura brasileira, além de ter adotado, ou absorvido, elementos tropicais em sua poesia (SABINO, 2013, p. 294).

Outra avaliação positiva do legado político de Sebastião José de Carvalho e Melo transparece já no título de um romance de José Jorge Letria publicado pela primeira vez em 2012 e reimpresso em 2019: *Mal por mal, antes Pombal*, expressão popular usada em Lisboa quando o marquês de Angeja, que substituiu o ministro de D. José I na viradeira, mandou suspender todas as obras de recuperação da cidade por ele iniciadas. Escrita em primeira pessoa em forma de memória pelo próprio marquês, a narrativa parte do momento posterior à sua queda, em 1777, quando já se encontra afastado de Lisboa, exilado em Pombal, respondendo a um processo que o tortura a cada dia e o aniquila pouco a pouco, tal como ele de fato o fez e deixou registro, em longos relatórios que louvam e justificam as medidas do seu governo (LETRIA, 2012, p. 19).

Ao longo da narrativa, são reproduzidos trechos de cartas do marquês, como a dirigida ao seu filho Henrique, conde de Oeiras, com ortografia atualizada. Embora o autor busque balancear as opiniões de seus apoiadores e adversários, o fato de a história ser contada do ponto de vista do personagem Pombal a enreda na trama discursiva que constitui a propaganda oficial do ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, que produziu sobre si mesmo séries impressionantes de fontes para a posteridade, anotadas e classificadas segundo seu próprio método, praticado e aperfeiçoado já no tempo de sua experiência diplomática em Londres e Viena. O livro, que teve apoio da Câmara Municipal de Oeiras e foi recomendado pelo Plano Nacional de Leitura para apoio a projetos relacionados com a História de Portugal no Ensino Secundário.

*A maldição do marquês* (2019), de Tiago Rebelo, busca contar toda a trajetória política de Pombal, desde os tempos em que, já Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tinha a sua morada na Rua Formosa, até o seu suplício final e morte. Narrado em terceira pessoa onisciente, com estrutura tradicional, mas com léxico e contextualização histórica bem cuidados, o romance reproduz algumas visões estereotipadas já contestadas pela historiografia, como a de um D. João V indolente, freirático e lúbrico e de um D. José I desinteressado pelos negócios de Estado, preferindo a caça, a música e a companhia de sua amante D. Teresa Leonor Távora. O protagonista da história, no entanto, é José Policarpo, um dos criados do duque de Aveiro, autor dos disparos contra o rei. Tendo conseguido escapar, e sendo por isso queimado em efígie no dia da execução dos Távoras, ele vive uma história de amor com D. Carlota Justina, filha única do

conde de Montargil, depois de perder sua amada Arlete, morta no terremoto sufocada pelos escombros. Policarpo culpa Pombal pela morte de sua amada, pois no momento em que buscou ajuda foi preso pelos seus guardas, o que o faz um antipombalino por princípio, juntamente com D. Carlota Justina, que, como o pai, representa a velha nobreza que estava se sentindo excluída do poder com as medidas do ministro de D. José I. Depois de várias buscas, em Portugal e na Espanha, Policarpo foi dado como morto e pôde finalmente viver com a filha do conde em seu palacete.

José Policarpo tornou-se um personagem enigmático, tanto na historiografia quanto na ficção, e são várias as versões do seu destino final. Em algumas, ele desfigurou seu próprio rosto com óleo de vitríolo para não ser reconhecido. Noutras, ele deixou a barba crescer e tornou-se o dono de uma espécie de estalagem num lugar de difícil acesso. Seja como for, ele sempre aparece como alguém que conseguiu escapar à perseguição do poderoso ministro, que o mandou buscar onde quer que estivesse, oferecendo uma recompensa a quem o encontrasse, vivo ou morto. Em *A maldição do marquês*, o processo dos Távoras é visto como uma farsa, o “maior crime de Estado do século”, mas o narrador parece compartilhar com Pombal o seu antijesuitismo, justificando suas medidas radicais com suas reformas modernizadoras, na reconstrução de Lisboa, no ensino, na formação de militares (REBELO, 2019, p. 449).

Percebe-se que o autor fez uma pesquisa exaustiva sobre o tema, como explica em nota final e expõe em sua bibliografia, mas a sua narrativa, mesmo apontando as injustiças e crueldade de episódios como o do processo dos Távoras e o massacre da Trafaria, acaba fazendo uma espécie de apologia da governação pombalina, inteiramente compatível com o que o marquês buscou excluir e ressaltar em sua própria narrativa, ou na narrativa que buscou construir no decorrer de sua carreira e pouco antes da morte, quando escrevia de maneira agônica suas memórias, justificando os atos de seu governo com exemplos históricos, em sua maioria franceses, e atribuindo a motivação de suas ações ao próprio rei, de cujo aval dependia. A história se encerra com a aparição, cem anos depois, de um jovem advogado de nome Valetim Mascarenhas, que conta a Camilo Castelo Branco, no momento em que o escritor está escrevendo seu famoso libelo contra o ministro de D. José I, o *Perfil do marquês de Pombal*, que era neto de José Policarpo Azevedo e D. Carlota Justina, e que tinha adotado o mesmo apelido do duque de

Aveiro porque seu pai havia ouvido de sua mãe, já viúva, de que ele era descendente bastardo de um fidalgo com o mesmo nome.

Um romance que merece destaque, tanto por fugir à classificação acima esboçada quanto por tratar do período pombalino sob a perspectiva de uma personagem feminina, é *A amante do rei: o lado feminino do processo dos Távoras* (2013), de Sara Rodi. A protagonista, como o título anuncia, é a responsável por narrar a história em primeira pessoa: D. Teresa Leonor, esposa e tia de D. Luís Bernardo e irmã mais nova do marquês de Távora, Francisco de Assis, além de cunhada de Leonor Tomásia de Lorena e Távora. Sua condição de amante do Rei D. José I, como se sabe, serviu de pretexto para que, com uma só tacada, Sebastião José, como os nobres o chamavam com despeito, desse fim à família Távora e aos jesuítas, acusando-os e condenando-os como autores intelectuais e morais da tentativa de regicídio, em 1758, quando o monarca regressava à Real Barraca, na Ajuda, após um encontro com sua amante. Tal como foi pintada em outras representações ficcionais, Tereza é descrita como uma mulher sensual e sedutora, que traía o marido quando este estava fora do país, acompanhando a família quando o pai se tornou vice-rei das Índias. Depois de presenciar o suplício de seu marido e de outros membros da família, ela foi encerrada num convento de freiras do Rato, onde veio a falecer.

## Conclusão

A partir do nosso levantamento, são 24 (vinte e quatro) os romances em que o marquês de Pombal se afigura como tema, personagem ou protagonista, ou que são ambientados ou fazem referência ao seu tempo, isto é, ao denominado período pombalino, referente aos anos do reinado de D. José I (1750-1777). Isso se considerarmos o *Candido* (1759), de Voltaire, um romance (ou novela), sendo ele uma curta narrativa em que o terremoto de Lisboa serve como mote e como acontecimento em dois capítulos.

Com relação à temática, 12 (doze) romances têm como tópica o terremoto de Lisboa; 4 (quatro) buscam fazer uma biografia completa de Pombal, destacando algumas passagens relevantes de sua governação; 2 (dois) romances exploram a suposta relação de Pombal com a Maçonaria; 3 (três) concentram-se em tramas independentes nas quais Pombal ou



acontecimentos importantes do período pombalino são referidos e desempenham papel importante no desenrolar a história; 3 (três) concentram-se sobre o episódio do processo dos Távoras e 1 (um) dedica-se ao episódio da revolta do Porto. Em 4 (cinco) romances, Pombal é protagonista. Nos demais, aparece como personagem secundário ou como referência interna à história.

Os romances produzidos no século XIX são todos filopombalinos, pois exaltam suas reformas econômicas, culturais e sociais, a legislação que reformou a instrução pública e inaugurou uma nova era de tolerância e integração, como a abolição dos preconceitos antissemitas contra os “cristãos novos”, a proibição da escravatura na metrópole, a liberdade dos índios no Brasil e o fomento dos casamentos mistos nos territórios ultramarinos, inclusive na Índia, bem como o arquivamento dos processos de acusação contra as emergentes lojas maçônicas. A exceção fica por conta de *Prime minister. an historical romance* (1845), de William Kingston, que faz alguns comentários críticos a respeito da cultura portuguesa e das ações tidas como mais cruéis do ministro de D. José, como o processo dos Távoras e a supressão da revolta do Porto. Mesmo em *Um motim ha cem annos (chronica portuense do seculo XVIII)* (1861), de Arnaldo Gama, há uma relativização de sua ação repressora, pois a culpa é atribuída ao personagem histórico José Mascarenhas, e não a Pombal.

Nos romances do século XXI, da mesma forma, a mitificação do marquês de Pombal é positiva, embora seja complexificada com a exposição de personagens e/ou discursos antipombalinos. O caso de *A cidade do homem* (2010), de Amadeu Lopes Sabino, é um ponto fora da curva, pois apresenta um grau de complexidade formal e temática que faz com que novos aspectos e novas questões sejam acrescentadas aos pontos consensuais de sua biografia e da própria historiografia. *Retratos e imperfeições do tempo* (2018), de Gesivaldo Santos, é uma narrativa *sui generis*, pois alguns episódios históricos desrespeitam a cronologia oficial e Pombal, que pouco aparece na história, tem outro nome, mas sempre que é referido está acompanhado de vários lugares comuns já consolidados a seu respeito.

Assim, tanto o pombalismo quanto o antipombalismo, em suas representações discursivas, contribuíram para fazer de Sebastião José de Carvalho e Melo um “mito bipolar”, mesmo depois da abordagem mais distanciada dos textos produzidos depois de 1982, ano do bicentenário da morte do marquês de Pombal. Assim, alguns traços presentes em representações

literárias de Pombal ou do período pombalino são reforçados e consolidados, apesar de serem questionados ou parcialmente refutados em pelo menos três romances: *Prime minister*: an historical romance (1845), de William Kingston, *O terramoto de Lisboa e a invenção do mundo* (2005), de Luís Rosa, e *Quando Lisboa tremeu* (2005), de Domingos Amaral. Assim, como personagem literária internacional, o mito positivo do marquês de Pombal se consolida, pois os seus aspectos iluministas ou modernos, seja como regenerador ou demiurgo de uma nova Lisboa depois do terremoto de 1755, seja como responsável pelas reformas políticas e culturais que supostamente tiraram o país do atraso em que se encontrava, apesar do seu despotismo.

#### CRedit

**Reconhecimentos:** Não é aplicável.

**Financiamento:** Não é aplicável.

**Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

**Aprovação ética:** Não é aplicável.

**Contribuições dos autores:**

Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.

#### Referências

AMARAL, Domingos. *Quando Lisboa tremeu*. Alfragide: Casa das Letras, 2010.

BAIARDO, Luiz Jozé. *O Marquês de Pombal, Sebastião Jozé de Carvalho e Mello, ou o terremoto de 1755*: drama original em trez epocas e sete quadros. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1839.

BARATA, José. *A vida e a obra do Marquês de Pombal*. Lisboa: Verso de Kapa, 2016.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução: José Augusto Seabra. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRANCO, Camillo Castelo. *Pefil do marquez de Pombal*. Porto: Clavel & Cia / Rio de Janeiro: L. Couto & Cia, 1882.

BRITO, Ferreira de. *Cantigas de escárnio e mal-dizer do marquês de Pombal, ou a crônica rimada da viradeira*. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1990.

BURKERT, Walter. *Mito e mitologia*. Tradução: Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Edições 70, 1991.

CHAGAS, Pinheiro. *O Terramoto de Lisboa: romance original*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 1874.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 2a. ed. Algés: Difel, 2002.

CORREIA, Hélia. *Lillias Fraser*. Lisboa: Relógio d'Água, Editores, 2001.

ECHEGOYEN, Vich. *Ressurrecta*. Tradução: Gonçalo Neves. Lisboa: Suma de Letras, 2022.

ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Tradução: Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 2000.

FRANCO, José Eduardo e RITA, Annabela. *O mito do Marquês de Pombal: a mitificação do primeiro-ministro de D. José pela maçonaria*. Lisboa: Prefácio Editora, 2004.

FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, vol. 1, 2006.

GAMA, Arnaldo. *Um motim ha cem annos (chronica portuense do seculo XVIII)*. 3. ed. Lisboa: Casa de Antonio Maria Pereira, 1896.

GARCIA, M. Emygdio. *O Marquez de Pombal...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.

GARRET, Almeida. *Sobrinha do marquez etc*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1848.

GONÇALVES, José Braga. *O maçon de Viena*. Lisboa: Prime Books, 2005a.

GONÇALVES, José Braga. *O príncipe rosa-cruz*. Lisboa: Prime Books, 2005b.

HIERRO, María Pilar Queralt del. *As Mulheres do Marquês de Pombal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

JAMEL, Maíra Contrucci. "Linguagem e memória em Lillias Fraser, de Hélia Correia". *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras*

Vernáculos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 9, Julho 2011, pp. 145-158.  
[\[http://www.revistadiadorim.lettras.ufrj.br\]](http://www.revistadiadorim.lettras.ufrj.br). Acessado em 12 de julho de 2022.

KINGSTON, William H. G. *Prime minister: an historical romance*. London: Richard Bentley, 1845, 3 vols.

LETRIA, José Jorge. *Mal por mal, antes Pombal: uma memória de Sebastião José de Carvalho e Melo*. Lisboa: Guerra e Paz, 2012.

MALAGRIDA, Gabriel. *Juizo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755*. Lisboa: Na Officina de Manoel Soares, 1756.

MARQUES, José Oscar de Almeida. "Voltaire e um episódio da história de Portugal". *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina (Pós-graduação em Ciências Sociais, UEL), Vol. 9, n. 2, 2004, pp. 37-52.

MOLESKY, Mark. *O abismo de fogo: o grande terremoto de Lisboa ou Apocalipse na idade da ciência e da razão*. Lisboa: relógio d'água, 2019.

NERY, Júlia. *O Segredo Perdido - Lisboa, Terramoto 1755*. Lisboa: Bertrand Editora, 2005.

*O Marquês de Pombal, ou o attentado de 3 de setembro de 1758 – romance historico trazduzido em português*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1843.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)*. Lisboa: Gradiva, 2014a.

OLIVEIRA, Sarah Luna de. *A exploração simbólica do brasil em defesa do império lusitano: uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1960)*. Doutorado em Altos Estudos em História: Época Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014b.

PAICE, Edward. *A ira de Deus: a incrível história do terremoto que devastou Lisboa em 1755*. Tradução: Márcio Ferrari. Rio de Janeiro, Record, 2011.

PALMELLA, José. *O centenário e vida do Marquez de Pombal*. 4. ed. Rio de Janeiro: O Commendador F. A. Ferreira de Mello, 1883.

PRIORE, Mary del. *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

REAL, Miguel. *A voz da terra: romance histórico sobre o Marquês de Pombal e o Terramoto de 1755*. Matosinhos: Quidnovi, 2005.

REBELO, Tiago. *A maldição do marquês*. Lisboa: Edições Asa, 2019.

ROBERT, Clémence. *Le maquis de Pombal*. Paris: Arnauld de Vresse, 1860.

RODI, Sara. *A amante do rei: o lado feminino do processo dos Távoras*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

ROSA, Luís. *O terramoto de Lisboa e a invenção do mundo*. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2009.

SABINO, Amadeu Lopes. *A cidade do homem*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Gesivaldo. *Retratos e imperfeições do tempo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

SANTOS, Helena Cristina Viana dos. *William Kingston e the prime minister: uma representação ficcional da era pombalina*. Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

SENA-LINO, Pedro. *De quase nada a quase rei: biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal*. Lisboa: Contraponto, 2020.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.

SHRADY, Nicholas. *O último dia do mundo: fúria, ruína e razão no grande terremoto de Lisboa de 1755*. Tradução: Paula Berinson. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011.

SOUZA, Roberto Acízelo. Nota sobre o romance 'A cidade do homem', de Amadeu Lopes Sabino. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, v. XVI, pp. 101-104, 2015.

TAVARES, Rui. *O pequeno livro do grande terramoto*. Lisboa: Tinta-da-China, 2005.



TAVARES, Rui. *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*. Lisboa: Tinta-da-China, 2018.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VIEIRA, Pedro Almeida. *O profeta do castigo divino*. Alfragide: Dom Quixote, 2005.

VOLTAIRE. *Cândido, ou o otimismo*. Tradução: Mário Laranjeira. São Paulo: Peguin / Companhia das Letras, 2012.